

JUVENTUDES, TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS E INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS: uma reflexão necessária

Joana das Flores Duarte¹
Patricia Krieger Grossi²
Giovane Antonio Scherer³

Resumo

Este ensaio teórico tem por finalidade problematizar temas referentes às mudanças societárias na realidade brasileira, especialmente nos últimos vinte anos, período em que se acentuam as juventudes no cenário social. Entretanto, os fenômenos sociais advindos deste período foram e continuam vinculados a transformações globais. Há, pois a homogeneização da cultura juvenil, negando a diversidade e sua difusão como única a partir da mídia, entre outros, que constituem o cotidiano das relações sociais. O segmento juvenil é o mais visibilizado na contemporaneidade pelo sistema de mercado, porque, enquanto faixa etária, corresponde a uma fase da vida vista como transitória e preparatória para a vida adulta. Nela é depositada a perspectiva de novo, de jovialidade, contrapondo-se à ideia de velho, passado, o que recai sob os jovens do Brasil a responsabilização pelas transformações sociais. Dessa forma, o grande desafio consiste em construir horizontes de possibilidades mais promissoras para as juventudes, na perspectiva da garantia de direitos, em contraposição à visão de jovens enquanto segmento meramente associado ao consumo.

Palavras-chave: Cultura. Estado. Globalização. Juventudes.

Abstract

This theoretical essay aims to discuss issues regarding corporate changes in the Brazilian reality, especially in the last twenty years, period in which accentuate the social scenario in youths. However, the social phenomena arises from this period were and remain tied to global transformations. Therefore, there is the homogenization of youth culture, denying diversity and its dissemination as only from the media, among others, which constitute the everyday social relations. The juvenile segment is the most visible in contemporary times by the market system, because, while the age group corresponds to a phase of life seen as transitory preparatory and adult life. It is deposited the prospect of new, joviality, opposed the idea of old, past, which falls under the youth of Brazil accountability for social transformations. In this way, the big challenge is to build the most promising possibilities horizons for the youths, guarantee of rights, as opposed to the vision of young people while segment merely associated with the consumer.

Keywords: Culture. State. Globalization. Youth.

¹ Bacharela em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social pela mesma instituição. Integra o NEPEVI – Grupo Estudos e Pesquisas em Violência, sob a coordenação da Professora Dra. Patricia Krieger Grossi. E-mail: joana.fduarte@yahoo.com.br

² Assistente Social, Mestre em Serviço Social pela PUCRS. Doutora em Serviço Social pela Universidade de Toronto, Canadá, PhD. Coordena o NEPEVI – PUCRS. E-mail: pkgrossi@pucrs.br

³ Mestre e Doutorando em Serviço Social pela PUCRS. Professor da Faculdade de Serviço Social da PUCRS, Pesquisador associado ao Grupos de Estudos e Pesquisa em Ética e Direitos Humanos e Observatório Juventudes PUCRS. E-mail: giovane.scherer@pucrs.br

1 Introdução

Este artigo tem por finalidade trazer algumas problematizações no que se refere às mudanças societárias na realidade brasileira, especialmente nos últimos vinte anos, período em que se acentuam as juventudes no cenário social. Entretanto, as mudanças dos fenômenos sociais advindos deste período foram, e continuam sendo, acompanhadas por transformações globais.

Desse modo, embora a proposta seja uma discussão da realidade brasileira, não se pode fazê-la sem uma análise da conjuntura mundial, ainda que de forma breve, pois os fenômenos mundiais constituem eixos balizadores para o entendimento das transformações que influenciam o segmento de juventudes. Tal categoria deve ser compreendida em sua diversidade, oriunda de realidades e sociabilidades desiguais do ponto de vista socioeconômico e político. Entretanto, na perspectiva da cultura global, as impressões imediatas consagram a juventude como sendo um todo estruturado e homogêneo.

Atualmente, a Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, que institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE, define, em seu inciso 1º, que são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos.

Dessa forma, embora em muitos casos a definição seja feita sob uma perspectiva predominantemente etária na conceituação de juventudes, é preciso considerar que a juventude configura uma construção social, sendo necessário observar muito além de questões etárias em sua definição, mas, especialmente, elementos que dizem respeito à construção de autonomia em diversas dimensões da vida.

É significativo apontar que os (as) jovens brasileiros (as) de hoje nasceram entre os anos de 1985-1995, ou seja, período de grande mudança ideológica e política na conjuntura nacional e global. Foi no final da década de 1980 e início dos anos de 1990 que a ideologia neoliberal se constituiu de forma mais evidente, sendo implementada nas ações do Governo Federal com a redução do Estado Social e ampliação do Setor Privado na esfera pública.

Assim, fica evidente que o discurso ideológico do neoliberalismo continua sendo um dos meios de negar a possibilidade e necessidade de mudança, não somente para alimentar um conceito de liberdade imbuído no individualismo, mas rejeitando as desigualdades de

oportunidades e acirrando o conflito de classes e a própria exploração de uma pela outra. Nesse contexto, são os jovens e as jovens, sujeitos que no contexto de luta de classes, processo histórico de disputa ideológica e política, saem perdendo, pois já nasceram na promessa do berço esplêndido do neoliberalismo e foram capturados por este entendimento de liberdade que, em sua essência, é aprisionador.

É nesse sentido que o presente artigo busca analisar o contexto atual das juventudes e as transformações societárias das últimas décadas. Para tanto, em um primeiro momento serão debatidas as transformações no âmbito do Estado e Sociedade nas últimas décadas na realidade Brasileira, especialmente no que se refere aos impactos da ofensiva neoliberal; em seguida, discute-se como tais transformações impactaram no modo de ser das juventudes.

2 Juventudes, estado e sociedade: dos avanços democráticos aos regressos civilizatórios

Abordar o tema juventudes exige uma reflexão das transformações societárias e de como esta vem delineando o segmento juvenil, especialmente nos últimos vinte anos. Não se trata de limitar-se ao recorte etário para dialogar sobre juventudes, mas neste momento se faz necessário ressaltar aos significados que advêm dos últimos vinte anos no campo sociopolítico e cultural, de que forma essas mudanças guardam relação para o entendimento das juventudes contemporâneas e quais fenômenos incidiram para que, em um período tão curto de tempo, estas transformações fossem tão significativas, tanto do ponto de vista de perdas nas lutas sociais quanto na adesão mais facilitadora aos anseios do universo mercadológico e na expansividade da vida imediata.

Todavia, não se pode fazer tal leitura sem considerar a importância do Estado e da Sociedade neste cenário, justamente pelas mudanças que são oriundas desta relação e que, numa perspectiva gramsciana de Estado, é possível analisa-lo como uma instituição ampliada e que dentro dele as disputas pelo poder hegemônico são constantes (CARNOY, 2013). Tais mudanças ocorrem tanto no âmbito da governabilidade do Estado quanto da sociedade civil, que ganha mais relevo e autonomia na conjuntura brasileira a partir dos anos de 1980, mais precisamente com a abertura democrática consolidada em 1988 por meio da Constituição Federativa do Brasil.

Com a abertura democrática, a sociedade civil passou a ocupar *locus* de relevância, no reconhecimento e garantia de direitos, travando assim lutas cotidianas pela manutenção do exercício democrático, então silenciado por quase 30 anos com a ditadura militar. Esta

transição do regime ditatorial para o democrático mobilizou as massas e fortaleceu diversas lutas, especialmente as relacionadas ao campo do trabalho. Deste período ditatorial, havia ao mesmo tempo muita esperança, porque a sociedade via potencial nela mesma através da materialização de pressão política que exerceu e consagrou direitos históricos, até então vistos sob o prisma da caridade.

Segundo Coutinho (2006), as mudanças ocorridas neste período foram também significativas para os movimentos de direita e sua articulação com o capital estrangeiro, pois: “Uma parte significativa da intelectualidade brasileira, que resistiu durante a ditadura, assumiu depois posições mais à direita, ainda que no espectro da democracia”. (COUTINHO, 2006, p.111).

A partir daí o neoliberalismo difundiu-se com maior êxito enquanto ideologia, ocupando um lugar de centralidade nesta disputa, não de oposição, mas como proposta política e econômica para os problemas que emergiam no âmbito da sociedade pós-ditadura. O fim do regime militar e a abertura política não foi a transição de um único projeto, mas de projetos societários, pois embora desejassem coletivamente uma sociedade democrática, tratava-se de propostas ideologicamente distintas.

Os efeitos neoliberais mais drásticos viriam pós 1989, com a adesão do Brasil ao Consenso de Washington que, conforme analisado por Behring, tratou-se “[...] de uma contrarreforma conservadora e regressiva, diferente do que postularam os que a projetaram entre as paredes dos gabinetes tecnocráticos e inspirados nas orientações das agências multilaterais” (BEHRING, 2008, p.171). Somado a isso, o desencadeamento da expansão tecnológica e o seu uso cada vez maior como instrumento potencializador da economia foi inserido na dinâmica produtiva, exigindo transformações sociais tanto no modo de vida (cultural) quanto na própria dinâmica do trabalho, compelindo uma parcela da mão de obra para seu manuseio.

Ao Estado brasileiro de economia periférica, poucas foram as opções de ruptura num cenário que clamava globalização, a adesão sem opção serviu a duas vertentes: naufragar os ideais socialistas que nem tomaram corpo; e desenvolver-se enquanto economia subsidiária aos interesses dos organismos internacionais, que “[...] desempenharam uma função muito importante no desmantelamento das débeis cidadelas defensivas da indústria latino-americana de capital nacional, e na consolidação das estruturas neocoloniais” (GALEANO, 2014, p. 319).

Não é novidade a relação de dependência que constituiu os países periféricos, dentre eles o Brasil, ao capital estrangeiro e que também passou a exercer uma relação de dominação numa promessa desenvolvimentista, quando na verdade “[...] estava interessado em incentivar uma espécie de “desenvolvimento” e “modernização” no terceiro mundo, como meio de expandir seus próprios mercados” (WOOD, 2014, p.102). Todas essas transformações societárias atingiram em cheio as juventudes, como será debatido no próximo item.

3 Juventudes e capitalismo global: os impactos das transformações societárias

Na perspectiva de desenvolvimento global do mercado, a cultura de massas é vista como um meio de expansividade e justamente o segmento juvenil, o *marketing* mais precioso. Wood (2014) em sua obra evidencia as estratégias do imperialismo não mais como ações de invasão territorial, porém ideológica e que se expressa globalmente, todavia, impede a integração dos Estados-nação mantendo a lógica de dominadores e dominados. Daí a necessidade de uma cultura de massas que obscureça as diferenças, os conflitos e, caso eles estejam latentes, a lógica é difundir a ideia de que o país atrasado (explorado) deve almejar patamares de desenvolvimento daqueles que são desenvolvidos (exploram).

Dentre as estratégias manipuladoras utilizadas está a ideia de juventude como algo em voga, que se estranha ao passado e se conecta apenas com o agora, o imediato, o global. Aos jovens está associada à imagem de um segmento que se reconhece através do potencial para o consumo, onde o sistema capitalista é o maior beneficiário, sendo que este conceito de juventude associado ao consumo é capturado pela mídia e reproduzido via investimentos de mercado.

Isso não significa que segmentos das juventudes se posicionem de forma adversa, todavia, o que se descreve é um “modelo” vendido e disseminado e que vem capturando, ao longo dos anos, as juventudes, o que de fato evidencia um maior número de jovens alinhados a tais perspectivas, embora com movimentos significativos de resistências, mas que somados ao poder globalizante do sistema ainda se faz limitadamente.

Porém, a limitação aqui tratada não guarda relação com uma suposta incapacidade de luta ou visão crítica por parte do segmento juvenil, mas de analisar a vulnerabilidade em que se encontra uma categoria criada no seio do sistema capitalista e que, do ponto de vista de resistência frente ao mercado, se faz enquanto maior desafio.

Por outro lado, as desigualdades advindas do sistema capitalista produzem juventudes, e exatamente aí emergem as contradições que dão abertura para a tomada de consciência destes sujeitos, ao passo que compreendem suas vivências em um sistema desigual, passando a criar condições reais de ruptura com o estado de inércia, desvendando o que sua realidade não é dada, mas historicamente construída. Isso ocorre justamente quando são “[...] confrontados com os *mistérios* de sua própria construção – com referência à natureza do próprio conhecimento, as determinações do desenvolvimento histórico, a relação entre “sujeito” e “objeto”, o “particular” e o “universal” etc.” (MÉSZÁROS, 2009, p.49).

Dessa maneira, o mercado, ao privilegiar-se de um segmento construído por ele, contraditoriamente propicia canais de publicização de suas desigualdades, de um sistema que não é para todos e, quando se cria a ilusão de que seja, se faz através do consumo; ainda assim nem todos podem consumir, paradoxalmente, é na promessa de liberdade imposta pelo sistema que os sujeitos visibilizam seu aprisionamento e a descaracterização de sua cidadania associada ao consumo (IAMAMOTO, 2012). Nesse aspecto o confronto ganha potencialidade, tendo a sociedade civil papel de importância nas pressões e reivindicações frente ao Estado e no reconhecimento de juventudes, fortalecendo ações no âmbito da proteção social.

Por outro lado, o contexto sociopolítico dos anos de 1990 deu-se numa perspectiva ideológica neoliberal e, conseqüentemente, na mudança da dinâmica das instituições do Estado. Um argumento dado como contraponto à redução do Estado Social foi a necessidade de promover o desenvolvimento econômico, o que implicaria, segundo os governantes da época, uma restrição nos investimentos na área social assentada na ideia de futuridade, onde os nascidos naquele momento seriam a geração tecnológica de uma nova sociedade.

Neste contexto de reduções do papel estatal no campo social, coube à sociedade civil a “responsabilização social” descaracterizando seu papel de resistência, arena de luta de classes frente ao Estado no exercício do controle social, assumindo as demandas do Estado [...] “na expressão que hoje se tornou habitual – para além do Estado e do mercado” (COUTINHO, 2006, p. 106).

Problema de grande importância foi a descaracterização do papel da sociedade civil e do Estado no início dos anos de 1990: enquanto a primeira incorporou ações estatais, o segundo, incorporou as demandas do Mercado, privilegiando a relação de interesse privado. O Estado nesse contexto, passou a atuar em situações extremamente necessárias, sendo visto nos momentos de crise.

Os avanços e os retrocessos são balizas que sinalizam o percurso construído, todavia, a expansão tecnológica tem sido instrumento ideológico neoliberal fortemente usado em escala global, para a disseminação de seus ideais e a propagação de um senso comum pautado no consumo, caracterizando o segmento juvenil como uma vitrine desta representação. Esse fenômeno ocorre com a massificação da cultura, onde o sistema busca limitar ao máximo as diferenças da sociabilidade humana e suas resistências, mas, ao mesmo tempo, a potencializa numa igualdade de coisas, o que Marx descreveu como sendo “[...] formações sociais onde predomina a produção mercantil [...]. Em suma, por intermédio do valor. A relação entre as pessoas se esconde atrás da relação entre as coisas” (MARX, 1996, p.31).

De maneira global, a sociabilidade humana vem sendo atravessada pela relação das coisas. Isso tem implicações significativas e desastrosas: direitos conquistados ao longo da história são constantemente alvos de políticas de recorte neoliberal; há também o enfraquecimento dos movimentos sociais e a perda contínua do entendimento de público em tempos de culto ao patrimônio privado.

Por fim, o argumento produzido na conjuntura brasileira, desde meados da década de 1990, sobre os gastos do sistema de proteção social como responsável pelos efeitos de crises, constitui-se diferentemente na contemporaneidade. Todavia, os discursos e as estratégias dos organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BM), e Organização Mundial do Comércio (OMC) continuam sendo balizadores nas ações do Estado brasileiro.

Nas sociedades contemporâneas, dentre elas a brasileira, a ideia de globalização tem-se mantido com fôlego, em contrapartida às ações do Estado-nação que vem sendo cada vez mais determinadas pelos interesses do mercado global, delineando setores da economia e ao mesmo tempo mantendo-se através de dimensões culturais, pois “o avanço do capitalismo se refletiu também, evidentemente, no campo da cultura” (COUTINHO, 2006, p.100).

A cultura nesse sentido é homogeneizada, negando a diversidade e sendo difundida como uma coisa só, utilizando-se dos canais de mídia, como televisão, redes sociais, dentre outros elementos que constituem o cotidiano das relações sociais. Se antes a cultura popular era uma contrapartida à cultura dominante, atualmente o que se vê é uma cultural global que nega o conflito de classe e paralisa os movimentos de resistência.

Tudo isso se deve ao fato de que a sociedade reproduz de forma acrítica modos de viver, negando as raízes e estabelecendo relações com a cultura compreendida enquanto fenômeno mundial. Desse modo, a produção cultural na contemporaneidade guarda relação direta com a manutenção da ideologia neoliberal, onde seus valores são difundidos tanto nas expressões da arte (música, literatura, arquitetura), quando num certo padrão de comportamento definido por vestimentas, modo de falar, agir e se relacionar. Trata-se de um padrão midiático de comunicação em massa: “[...] indissociável dessa forma de expressão será doravante a tecnologia, em face do desafio que lhe é constituinte, a saber: uma atuação marcada pela rapidez e regularidade de conteúdos, formatos e informações junto a um vasto público” (SALES, 2009, p. 34).

Sendo assim, as inovações tecnológicas são ferramentas de duplo caráter: ao passo que avançam e aprimoram os modos de produção, os intensificam em sua forma mais primitiva e exploratória. Como exemplo, as redes sociais e a publicidade gratuita dos seguidores de marcas, restaurantes, turismo, dentre outros fatores. É também com o avanço tecnológico que as juventudes são dadas como segmento de iguais, pois o aparato tecnológico ludibria as contradições e generaliza a ideia de juventude enquanto categoria que “curte” as mesmas coisas, compartilha os mesmos gostos, costumes e formara de pensar.

Mesmo para aqueles segmentos das juventudes que não possuem meios de adquirir bens materiais, a produção homogeneizadora da cultura reproduz na música e no entretenimento, formas de captura que não se vislumbra apenas em seu poder de compra, mas significativamente na “[...] produção social de personalidades ensimesmadas ou personalidades estranhadas. [...] produzido pela carência de sentido, é que propicia, em si e para si, o poder da ideologia do capital. (ALVES, 2014, p. 34).

O efeito principal deste fenômeno é massificar a tal ponto os sujeitos que retira a possibilidade de resistência e autocrítica dos mesmos – se antes do Iluminismo as fatalidades eram de ordem divina, na contemporaneidade elas são consequência do indivíduo.

Por fim, a desvalorização e a homogeneização dos modos de vida têm como pano de fundo a desmobilização para as lutas políticas e ideológicas. A cultura é, nesse sentido, manifestação da democracia, da diversidade, das variadas formas de expressão de base popular. O que ocorre com a globalização da cultura é uma forma amplamente estruturada de dominação, ao passo que nega as diferenças e conserva valores moralizadores. Essa individualização propagada pelo sistema não só atinge a cultura, mas essencialmente a vida política e, conseqüentemente, as condições da vida humana.

4 Considerações finais

Se são os jovens e as jovens os sujeitos mais vulneráveis na captura do sistema, também são eles (as) os sujeitos com maior potencial de mobilização global, na troca diária de informações e debates, que nascem a partir de informações compartilhadas nas redes sociais. É o segmento juvenil que mais fica conectado às redes e que maior facilidade tem com as mesmas. Embora nem todos os jovens no Brasil tenham acesso à Internet ou saibam manuseá-la, ainda assim, segundo dados divulgados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) referente ao ano de 2013, a proporção de internautas no país em 2012 era de 49,2%, no ano seguinte o percentual passa para 50,1%, ou seja, mais da metade da população tem acesso à Internet. Todavia, os 49,9% da população que não possui acesso à rede na atual conjuntura refletem os níveis de desigualdades presentes ainda no acesso aos meios de comunicação.

Fica evidente que as juventudes cada vez mais utilizam as redes para o compartilhamento de informações, bem como para organizar-se coletivamente. No Brasil, em julho de 2013, as manifestações contra o aumento das tarifas do transporte coletivo é um dos exemplos. O ativismo coletivo que historicamente esteve presente nos movimentos de resistência, ganha na contemporaneidade a possibilidade de maior divulgação e adesão via redes sociais. Todavia, a força mobilizadora carece substancialmente do entendimento de lutas sociais, fenômeno já descrito anteriormente, que exige uma revisita constante ao passado para compreender o âmbito das lutas cotidianas atuais. Embora os jovens sejam coletivos nas formas de organização via redes sociais, ainda reside uma lógica individualista e pouco sociabilizadora no âmbito público e seu entendimento como espaço organizativo.

É na necessidade organizativa que se pode creditar mudanças a longo prazo no sistema e na sua transição para uma nova forma de sociabilidade, contudo, a dificuldade está no entendimento de juventude enquanto categoria transitória e que de fato evidencia um fragmento das lutas cotidianas.

Com isso, as ideias de mudanças, resistências ficam anexas a um “tempo de juventude”, um tempo de utopia, pois são pensadas e projetadas pelo sistema ao segmento etário juvenil e sendo este visto como um recorte com tempo determinado. Aí reside a grande intencionalidade ideológica neoliberal no discurso sobre juventude, prefixando numa faixa etária e não nos sujeitos que o correspondem. Por isso, são inúmeros os signos construídos

sobre ser jovem, estar jovem, como um estado de espírito e nunca na possibilidade de visibilizá-lo enquanto um ser historicamente e socialmente construído.

Daí o grande desafio em construir horizontes para a criação de possibilidades mais promissoras para as juventudes, não só do ponto de vista material, mas que torne possível compartilhar experiências de protagonismo, de uma sociabilidade que experiencia mudanças, que o sentido de “curtir” seja mais duradouro e resulte em vivências mais ricas e capazes de projetar criatividade, humanizar as relações e, principalmente, gerar consciência.

Portanto, a construção é coletiva e a rede da sociabilidade exige contato, diálogo, participação e conflitos. A tecnologia é ferramenta útil para aprimorar as formas de sociabilidade, não se pode negar, mas é infimamente incapaz de substituir o contato humano, face a face, sendo extremamente empobrecida de conteúdo humano. Caso não se aprimorem os meios de manuseá-la, restará como ferramenta pouco enriquecida do ponto de vista dos ideais e das ideias, permanecendo a serviço de uma ideologia que se beneficia da ausência de crítica radical e, conseqüentemente, do seu efeito polarizador.

Referências

ALVES, Giovanni. **Trabalho e neodesenvolvimentismo**: choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil. São Paulo: Bauru/Canal 6, 2014.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contrarreforma**: desestruturação do estado e perda de direitos. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BOSCHETTI, Ivanete. A insidiosa corrosão dos sistemas de proteção social europeu. **Serv. Soc.** São Paulo, n. 112, p 754-803, out./dez.2012.

BRASIL. **Lei nº 12.852**, de 5 de agosto de 2013. Estatuto da Juventude. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm. Acesso em: 14 nov. 2014.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em: 14 nov. 2014.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013 (PNAD). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2013/>. Acesso em: 14 nov. 2014.

CARNOY, Martin. **Estado e teoria política**. Tradução Equipe de Tradutores do Instituto de Letras da PUC-Campinas. 17 ed. Campinas/São Paulo: Papyrus, 2013.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Intervenções: o marxismo na batalha das ideias**. São Paulo: Cortez, 2006.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

DAVIS, Mike. **Planeta favela**. Tradução Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2006.

DUDU, Mc. **Funk da mega ultra ostentação**. Disponível em: <http://letras.mus.br/mc-dudu/funk-da-mega-ultra-ostentacao/>. Acesso em: 14 nov. 2014.

GALENO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Tradução Sergio Faraco. Porto Alegre: L&PM, 2014.

HAYEK, Friedrich. **O caminho para a servidão**. Tradução Marcelino Amaral. Biblioteca Nacional de Portugal: Edições 70, LDA. 2009.

IAMAMOTO, Marilda V. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

MARX, Karl. **O capital**. Volume I. Livro Primeiro. Tradução Regis Barbosa e Flávio Kothe. São Paulo: Nova Cultura, 1996.

MÉSZÁROS, István. **Estrutura social e formas de consciência: determinação social do método**. Tradução Luciana Pudenzi, Francisco Raul Cornejo, Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2009.

RUM, Bob. **Rap do Silva**. Disponível em: <http://www.vagalume.com.br/bob-rum/rap-do-silva.html#ixzz3JKbwUaFN>. Acesso em: 14 nov. 2014.

SALES, Mione Apolinário. **Mídia e questão social: o direito à informação como ética de resistência**. In: SALES, Mione Apolinário; RUIZ, Jefferson Lee de Souza (Orgs.). **Mídia, questão social e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2009.

WOOD, Ellen. **O império do capital**. Tradução Paulo Cezar Castanheira. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2014.